

Interdependência e poder nos processos de mediação: o caso da agricultura ecológica

Valter Lúcio de Oliveira¹
Marcelo Kunrath Silva²

Introdução

Este artigo toma como base empírica as informações colhidas junto aos agricultores ecologistas organizados numa Associação e aos mediadores sociais³ vinculados a uma ONG, ambas atuantes no Sul do Brasil. Estas organizações têm estabelecido uma relação de longo tempo (mais de 14 anos) fundamentada, sobretudo, num processo de interação no qual os mediadores oferecem – dentre outros elementos – um acompanhamento técnico-organizativo e os agricultores retribuem, basicamente, legitimando-os como organização relevante no seio dos espaços sociais onde atuam.

Movidos por um discurso densamente permeado por noções como horizontalidade, participação, valorização dos conhecimentos, partilha de benefícios etc, os mediadores sociais buscam se diferenciar e se destacar daqueles agentes que ocupam papel similar no desenvolvimento rural (como, por exemplo, os técnicos da extensão rural governamental). Valendo-se especialmente da noção de “poder”, o presente artigo objetiva problematizar este discurso, fundado na pretensão de uma simetria entre mediadores e agricultores, o qual acaba por ocultar determinadas hierarquias e desigualdades que permeiam as relações entre estes atores.

Não se pretende, *a priori*, decretar a falsidade daquele discurso, tomando-o como algo marcado por uma dissimulação intencional e, muito menos, oferecer, *a posteriori*, uma proposta alternativa na qual as assimetrias seriam eliminadas. Tornar visível aquilo que a dinâmica social deixa invisível ou, até mesmo, indiscutível, é o que se almeja com a análise aqui apresentada. Ou seja, não se encontrará neste artigo um posicionamento normativo, mas sim um

¹ Bolsista do CNPq – Doutorando pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: valterlu@yahoo.com.br Av. Presidente Vargas, 417/6° andar, Centro – Rio de Janeiro-RJ, Cep: 20.071-003, (0xx21)2224-8577

² Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/ UFRGS. E-mail: mksilva@ufrgs.br Endereço: Av. João Pessoa, 31 Porto Alegre – RS Cep: 90040-000. Fone: 51 3316 3884.

Recebido em 05/2007. Aceito em 09/2007

³ Mediador social é um conceito analítico utilizado para compreender o papel que desempenha aquele agente que relaciona-se com diferentes espaços sociais, transcodificando informações e interligando estes espaços, influenciando, dessa forma, nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estão a ele vinculados. Neste artigo, assumem este papel os profissionais vinculados à citada ONG. Sobre o tema da mediação ver, dentre muitos outros, NEVES (1997, 1998), LASCOUMES (1994), WOLF (1971), OLIVIER DE SARDAN (1995).

posicionamento analítico que busca expor a complexidade das relações sociais, recusando tomar apenas o discurso e a intencionalidade dos atores como as chaves explicativas das relações estabelecidas entre os grupos sociais que estão no foco desta análise.

Este artigo está dividido em duas partes: inicialmente, são discutidas algumas abordagens de tratamento do “poder”, de forma a delimitar a perspectiva teórica que orientará a análise. Na seqüência, se apresentam, de forma mais detida, as evidências empíricas e sua análise a partir da perspectiva teórica adotada.

O poder que estrutura relações e realidades

Em se tratando de um conceito ambíguo e bastante controverso, possível de ser abordado a partir de diferentes perspectivas, entende-se como de extrema relevância definir o “poder”, de forma a evitar determinadas noções dominantes no senso comum. Em particular, torna-se importante romper com a visão do poder como “algo” substancializado e associado prioritariamente às dimensões políticas e econômicas da vida social. Descartando esta visão substancialista e reducionista, se buscará, a partir de diferentes autores, conformar um referencial analítico para tal tema, no sentido de constituir um “ferramental” que possibilite compreender de forma mais adequada as relações de poder que, em nosso recorte empírico, se estabelecem entre agricultores ecologistas e mediadores sociais.

Como mencionado, a idéia de poder é normalmente construída, no âmbito do senso comum (inclusive acadêmico), como se tratasse de um objeto que está acessível aos indivíduos, podendo ser apropriado, acumulado e utilizado da mesma forma que outros objetos materiais. Nesta perspectiva, como salientam Bachrach e Baratz,

“É costume dizer que esta ou aquela pessoa ou grupo ‘tem poder’, subentendendo-se que o poder, como a riqueza, é uma posse que capacita o seu possuidor a obter alguma vantagem futura evidente. Outra maneira de exprimir o mesmo ponto de vista é dizer que o poder é uma ‘propriedade simples (...) que pode pertencer a uma pessoa ou a um grupo considerado em si mesmo” (*apud* CARDOSO; MARTINS, 1981, p.44)

Ao tratar o poder como um “objeto”, como “algo así (...) que puede ser colocado en el bolsillo o ser poseído de alguna outra manera” (ELIAS, 1994: 53), esta perspectiva tende, por um lado, a uma compreensão dicotômica, que separa os atores entre aqueles que *têm* e aqueles que *não têm* poder. Por outro lado, mais problemático ainda, é o fato de que esta abordagem transforma o “poder” em um atributo dos atores, quando, na verdade, parece mais correto apreendê-lo como uma dimensão inerente às relações entre os atores.

Assim sendo, adota-se aqui uma perspectiva alternativa, segundo a qual o poder só existe na forma relacional. Ou seja, ao contrário de um “objeto”, o poder constitui-se, conforme as palavras de Elias, em “una peculiaridad

estructural de las relaciones humanas – de *todas* las relaciones humanas” (1999: 87). Esta perspectiva ancora-se nas formulações de autores como Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, que, apesar de suas diferenças de abordagem, oferecem referenciais teóricos para um tratamento não substancialista e nem redutor da complexidade das relações de poder, tal como aquelas que se constituem entre agricultores ecologistas e mediadores sociais analisadas neste artigo.⁴

A partir da perspectiva relacional, as relações de poder se estruturam em função da distribuição de bens e recursos (materiais e/ou simbólicos) entre atores inseridos em um determinado espaço social. Para Elias, o que pressupõe uma relação de poder é a constatação da existência de “grupos o indivíduos que pueden retener o monopolizar aquello que otros necesitan [e, portanto], cuanto mayores son las necesidades de estos últimos, mayor es la proporción de poder que detentan los primeros” (ELIAS, 1994: 53-54). Neste sentido, aqueles atores que possuem maiores quantidades dos bens e recursos valorizados naquele espaço – ou seja, que sejam detentores de “capitais” no sentido de Bourdieu⁵ – tenderão a exercer um poder relativo sobre aqueles indivíduos que não dispõem suficientemente destes bens ou recursos que necessitam ou almejam.

Dado que o poder é constitutivo das relações humanas, ele é cambiante e nunca deve ser tomado como definitivo. Ou seja, o valor e a distribuição dos bens e recursos que estruturam determinadas relações de poder em uma conjuntura específica podem ser transformados e, assim, produzirem-se mudanças em sua configuração e no seu exercício. Elias (1994) propõe a noção de “equilíbrio flutuante de poder” para designar o estabelecimento de diferentes graus de poder no interior de uma rede de interdependência e a variação das diversas relações ao longo de um determinado período. Acentua-se, então, que o poder não é estático em seu nível e forma, transformando-se ao longo do tempo. O que define as características do poder, em determinado momento e lugar, é a própria dinâmica da relação da qual ele constitui uma dimensão inerente.

Convém salientar ainda, que o poder (ou seus efeitos) não deve ser tomado *a priori* como algo positivo ou negativo, bom ou mal. Contra uma visão estritamente “repressora” do poder, Foucault enfatiza o caráter “produtivo” das relações de poder, que passam “por nuestra carne, por nuestro cuerpo, por nuestro sistema nervioso” (FOUCAULT, 1999:275). Esta constatação o leva a concluir que é necessário

⁴ A incorporação das formulações de NORBERT ELIAS, MICHEL FOUCAULT E PIERRE BOURDIEU, no âmbito deste artigo, tem o objetivo de instrumentalizar a análise das relações estabelecidas entre mediadores sociais e agricultores ecologistas, não havendo, por isto, a preocupação de aprofundar as abordagens dos autores e, especialmente, explorar suas diferenças teóricas.

⁵ Para BOURDIEU, capital “c’est ce qui est efficient dans un champ déterminé, à la fois en tant qu’arme et en tant qu’enjeu de lutte, ce qui permet à son détenteur d’exercer un pouvoir, une influence, donc, d’exister dans un champ déterminé”(BOURDIEU; WACQUANT, 1992: 74)

deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos rituais da verdade [e, dessa forma], o indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1977:172)

Tomando-se por base a fundamentação teórica oferecida por esta rápida (e, obviamente superficial) passagem pelas formulações de Elias, Foucault e Bourdieu sobre poder, torna-se possível um tratamento analítico das relações entre agricultores ecologistas e mediadores sociais que escape a duas perspectivas pouco adequadas à compreensão da complexidade e dinamicidade daquelas relações: de um lado, a noção do “poder” como dimensão inerente às relações sociais problematiza a visão ingênua, presa à imagem de simetria e harmonia predominante nos discursos públicos dos agentes, que almeja a construção de relações nas quais o poder seja eliminado; de outro lado, a noção de interdependência, aliada ao tratamento do poder como dimensão das relações e não “objeto” dos agentes – um “poder produtivo” –, evita cair num certo niilismo, que limita a análise àqueles que “têm” poder e reduz os “despossuídos” de poder à condição de mero objeto de um ator externo.

Ambas as posturas caem num reducionismo que é inadequado para uma compreensão efetiva das relações de poder e, em particular, daquelas que se estabelecem entre os agentes focalizados neste artigo. Na relação aqui analisada predominam formas sutis de disputas e assimetrias, não impedindo, no entanto, a construção de alianças duradouras que visam interesses comuns. Entender como isto se processa é ir além da polaridade, que de fato não existe, e compreender como estas sutilezas estão na base de uma relação de poder, que é, ao mesmo tempo, de interdependência.

Agricultor ecologista e mediador social: uma relação de poder

O objetivo desta seção é trazer as evidências empíricas que expõe a relação de poder que esses agentes vivenciam. Antes de seguir nesse propósito deve ser salientado que a metodologia de coleta de informações consistiu na realização de entrevistas com agricultores que formam parte de uma associação de agricultores ecologistas e mediadores sociais de uma ONG baseadas em um roteiro semi-estruturado. A seleção dessa associação de deveu ao fato desta ser a mais antiga (existe desde 1981) dentre aquelas assessorada pela ONG e, devido a isso, ser a mais estável em termos de integrantes. Essa associação está subdividida em três núcleos e a pesquisa foi concentrada em dois núcleos. Também conta-se com as informações obtidas a partir da observação participante realizada durante um período de duas semanas de vivência na comunidade desses agricultores e no acompanhamento das atividades nas quais estavam envolvidos durante os dias em que comercializavam os seus produtos numa feira ecológico instalada na capital gaúcha.

Feita essa observação de caráter metodológico, segue-se na análise recuperando parte da discussão produzida anteriormente, quando se apontou que o poder é relacional e, portanto, se apresenta de forma dinâmica, tanto no tempo quanto no espaço. Ou seja, deve-se considerar que a forma e o exercício do poder não é homogêneo nem fixo. Ao contrário, a forma como se configuram as relações entre os agentes ou, em outras palavras, como se estrutura o espaço de possibilidades ocupado pelos agentes, define quais bens materiais e/ou simbólicos funcionam como recursos de poder (como “capital”, de acordo com a terminologia de Bourdieu). Assim, mudanças nesta configuração ou estrutura tende a alterar, de forma mais ou menos significativa, a conformação das relações de poder.

Tomando como base este breve comentário introdutório e tendo em mente o que já foi discutido anteriormente, pode-se agora situar o agricultor ecologista e o mediador social na relação que estabelecem. Um importante comentário colhido na pesquisa empírica será o ponto de partida para esta análise:

Olha, eu não sei o que todo mundo acha, mas a minha opinião é de que a presença [da ONG] nos tornou muito dependentes a eles. Eu senti isso quando eu fui coordenadora da [associação] por um ano e durante esse ano quando eu fui coordenadora eu senti que a [associação] não tinha autonomia. Porque quase todas as decisões passavam [pela ONG], sabe, não sei se é porque as informações ficavam todas centralizadas lá. Tanto que no final do mandato, quando foi a próxima eleição, o pessoal perguntou se eu gostaria de ser reeleita, eu falei: “- Não! Pra que? Se eu não sei qual é a minha função aqui dentro?!”. Eu fiquei um ano na coordenação só como nome assim, eu assinava documentos, eu assinava cheque, tinha conta do banco no meu nome, da associação, mas eu não me sentia como uma coordenadora, eu pensei que fosse diferente... (E15 - AE⁶).

Verifica-se, a partir dessa fala, uma das formas de expressão do poder que está presente nessa relação. A contundência com que é exposta a forma tutorial com que a ONG atua sobre este grupo de agricultores ecologistas explicita uma situação que contradiz a fala dos mediadores, conforme os exemplos abaixo:

A minha preocupação é que as pessoas consigam fazer a vontade delas, eu sempre tento, quando participo das reuniões, de não tentar impor a minha vontade e tento defender com cuidado, porque de repente pode ser valorizada, dependendo do momento, a minha posição. (...) A decisão tem que ser delas, essa é uma preocupação sempre, que eu tento ter, imagino que [na ONG] todos que participam também. (...) Se tu pode esclarecer alguma coisa para se tomar uma decisão em relação ao direcionamento da associação, trazer essa informação, mas não dizer se é por aqui ou por ali... se tu for demandado por eles também, tipo tem alguma decisão pra tomar, não é chegar assim: “- Eu acho que é melhor isso”. Meu papel no momento lá, eu tento pegar... até ficar quieto, tem vezes que eu vou na reunião e fico quieto, (...) tem pessoas

⁶ Código de identificação das entrevistas: E15-entrevista número 15, AE – Agricultor Ecologista ou MS: Mediador Social.

que valorizam os técnicos, demais, então assim, eu tento falar quando demandado e também quando falar não colocar uma coisa fechada, tentar ver os pontos de vistas que eu consigo ver e tentar esclarecer...(E03 - MS).

...nós sabemos, como assessoria, como [ONG], que tem uma relação a mais tempo com as pessoas, a nossa voz, a nossa posição influencia bastante os agricultores, a gente tem um poder grande, pela nossa posição. Mas a gente tem preferido historicamente manter uma posição de não influenciar muito, uma herança que a entidade tem de não... os atores são os agricultores, nós não somos atores, são eles, a gente vai tentar conversar, mas não vai pressionar, usar o nosso poder, porque nós somos uma assessoria. Uma herança que vem de algum lugar, eu não sei exatamente se as ONGs todas são assim (E04 - MS).

Estes comentários proferidos por dois mediadores expressam claramente como se dá a racionalidade que os leva a optar por determinada forma de atuação, partindo sempre do princípio de que estão ali atuando “desinteressadamente”, fundados no pressuposto de que os seus interesses são coincidentes ou estão submetidos aos interesses dos agricultores. Deve-se apontar, no entanto, que tal orientação somente se processa na medida em que estes mediadores incorporam o sentido do jogo. Ou seja, “nos jogos nos quais, por exemplo, é preciso mostrar ‘desinteresse’ para ter êxito, eles podem realizar, de maneira espontaneamente desinteressada, ações que estejam de acordo com seus interesses” (BOURDIEU, 1996: 147).

Como fica evidente, as duas falas assumem uma perspectiva na qual se coloca o agricultor numa posição de certa exclusividade, ou seja, tudo deve partir dele (do agricultor) e ao mesmo tempo chegar até ele. Esta postura de aparente abnegação oculta um jogo de forças que não se dá imediatamente à consciência destes agentes. Sustentar a crença, por exemplo, de que ao calar-se se está deixando de influenciar naquele meio ou, ainda, enunciar que “os atores são os agricultores, nós não somos atores”, são crenças que se solidificam na forma de uma *doxa* que rege o senso comum dos mediadores analisados. Exatamente por isso, este é um discurso comum aos agentes que atuam em ONGs com as características semelhantes, como fica sugerido na segunda citação. Tais mediadores realmente acreditam nisso e esse discurso é difundido aos outros espaços sociais, buscando fazer crer aos outros agentes com os quais se relacionam. Vale reafirmar, citando novamente Bourdieu (1996:153), que, “se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predisposto ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado”.

Isto se insere em um processo de disputas com outros agentes e organizações dominadas ou dominantes. É somente acreditando nessa enunciação que poderão sustentar discursos como estes:

É tão bom tu trabalhar numa equipe onde as pessoas foram selecionadas por vários critérios assim, não só uma prova e uma prova de títulos, são outros critérios que seleciona uma pessoa... a trajetória dela, ela como pessoa... nenhuma ONG que eu conheço as pessoas são selecionadas vai lá faz uma entrevista... tem outros critérios, como a pessoa consegue se enquadrar no trabalho, a convivência... (...) Eu sei que aqui

os princípios que orientam [a ONG] são muito claros, definidos, e todas as pessoas que trabalham aqui têm claro os princípios e só trabalha aqui quem quer cumprir estes princípios... e na Emater⁷ não, como é uma empresa muito grande, mesmo em diferentes governos que reformule a política de trabalho, lá na base mesmo, lá no escritório não necessariamente né?! (E01 - MS).

Com o Olívio [Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul na gestão 1999-2002] a agricultura ecológica era uma missão da Emater, então ela tinha que falar em agricultura ecológica, mas acaba que gerava conflitos porque (...) acaba que pra eles trabalhar com agricultura ecológica eles também acabavam trabalhando com alguns grupos com os quais a gente trabalha e com uma metodologia, de uma forma muito diferente, era meio complicado (...). É tão ruim ir numa reunião de agricultor que não são ecologistas, eles ficam esperando o técnico falar o tempo todo e o técnico fala o tempo todo, sabe?! Então assim, não que eram inimigos, mas era... são coisas assim que eram complicadas de trabalhar juntos, principalmente pela questão metodológica mesmo, eu acho (E01 - MS).

É onde pra mim, a proposta de trabalho e as concepções de agricultura mais fecham, mais são semelhantes, porque se tu trabalhar, por exemplo na Emater, já tem mais dificuldades, a questão institucional, não fecharia tanto, até por questão do próprio funcionamento da Emater... Tem a liberdade e também essa, como é que poderia dizer..., essa afinidade do que eu compreendo do que seria uma forma de desenvolvimento, de organização, as propostas que [a ONG] trabalha e de agricultura também, tem essa coerência da própria instituição (E03 - MS).

Fica evidente nestas citações como o valor que possuem ganha amplitude na medida em que se demarcam daquela organização com a qual estabelecem um processo de disputa. Especificamente neste caso, direcionam suas críticas para a Emater, uma empresa pública de extensão rural que, em um determinado período, assumiu um papel relevante no trabalho com a agricultura ecológica, mas que historicamente esteve a serviço da difusão da agricultura convencional. Se, nesse momento, o problema não era exatamente o tipo de agricultura propugnado⁸, passou a ser, prioritariamente, o formato metodológico de atuação. Cabe mencionar que a seleção dessa organização governamental (dentre outras tantas) como “saco de pancadas” se deve ao fato desta sempre haver representado o pólo contra o qual disputam a hegemonia no campo da agricultura. Percebe-se claramente que há um discurso que visa produzir quase que uma antinomia entre a Emater e a ONG atuante naquele espaço social.

Essa necessidade de se distanciar da Emater tem um efeito nesse jogo de relações que é o de magnificar duplamente o seu papel. Ou seja, por um lado, é uma forma de se apresentar perante os agricultores que conformam a sua base como sendo diferentes e melhores. Para isso, tratam de oferecer uma proposta de agricultura e também uma metodologia de atuação que supostamente supervaloriza o papel deste agricultor, consistindo, dentre outros aspectos, em denegar os seus próprios interesses em prol dos interesses dos agricultores. Por

⁷ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; empresa pública de direito privado com atuação estadual.

⁸ As ONGs do Rio Grande do Sul que atuam nesse campo sempre questionaram o papel da Emater, mesmo quando esta assumiu a agricultura ecológica como uma prioridade institucional.

outro lado, é uma forma de se portarem ofensivamente perante os próprios agentes que dominam este campo de disputa (a Emater, entre outros), se impondo neste espaço social como um agente que carrega uma proposta de agricultura mais adequada. Um comentário emblemático neste sentido pode ser verificado na seqüência:

E hoje a nossa paranóia é que nós estamos achando que a nossa marginalidade está durando muito tempo já, a gente sempre disse aqui internamente que nós não queremos ficar sempre na marginalidade, e esta marginalidade da proposta agroecológica ela já tá perdurando já... O [nosso] caso tem uma história de 18 anos já e a gente continua como que insignificante. Não que [temos] a pretensão de ser uma “Emater do B”, né (risos) mas pelo menos, sei lá, eu acho que a agroecologia pelo histórico das suas previsões, das suas promessas, eu acho que ela já devia estar mais... significativa no conjunto da agricultura no estado ou brasileira... (EE02 - MS).

Pode-se perceber que é na construção de um relacionamento tenso com determinados agentes e de alianças com outros, que a identidade da agricultura ecológica vai se construindo e, conseqüentemente, também vai se construindo a identidade daqueles que se envolvem com tal proposta. Estes mediadores aqui abordados perderiam sua função (e legitimidade perante os agricultores ecologistas) caso fossem confundidos com os mediadores vinculados à Emater, por exemplo. Portanto, a existência de tais mediadores somente se sustentará, enquanto tal, na medida em que crerem e fizerem crer que são diferentes e, ainda, melhores do que aqueles com os quais “disputam”.

No entanto, é importante salientar que quando o desequilíbrio de poder entre os agentes é tão acentuado, como está exemplificado aqui nas figuras da Emater e da ONG analisada, discursos e ações com vistas a desqualificar ou estigmatizar o oponente mais poderoso no campo em que disputam não chegam a produzir efeito significativo. Quando se produz o efeito desejado, isto deve ser tomado como um importante indício de que a correlação de forças está mudando. Neste caso analisado, a correlação de forças é tão pendente para o lado da Emater, que esta não chega a ter sua atuação afetada de forma significativa pelas investidas de agentes como os mediadores sociais da ONG pesquisada.

Recuperando a discussão inicial, interessa destacar que as relações entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais, em grande medida, se estruturam em função da confiança e da legitimidade conquistadas por estes junto aos primeiros e, também, junto a outros atores e espaços relacionados à agroecologia. Tal reconhecimento, interno e externo, constitui a base do poder simbólico da ONG e, por decorrência, dos seus mediadores⁹.

⁹ BOURDIEU define o poder simbólico como o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo”(1989: 14). Ainda segundo este autor, “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a palavra ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”(1998b: 15).

Na medida em que a agricultura ecológica, especialmente aquela conduzida pelas ONGs da Região Sul do Brasil, até o momento não está fundada em qualquer mecanismo mais formal e institucionalizado de certificação do produto produzido de forma ecológica, torna-se necessário que haja alguma referência institucional “confiável” que garanta tal produto. Esta posição, em grande medida, tem sido ocupada pela ONG e seus mediadores, em função daquele reconhecimento social construído ao longo de sua trajetória, como deixa expresso esta fala de um agricultor: “a assistência deles dá a garantia do produto ser ecológico” (E14 – AE).

Dessa forma, o mediador social que está vinculado à ONG em questão e, assim, carrega a carga simbólica de pertencer a esta organização de reconhecida legitimidade no espaço social da agroecologia, passa a empenhar o seu prestígio em prol do agricultor que assessora, “atuando como um ‘banqueiro do simbólico’ que oferece, como garantia todo o capital simbólico que acumulou” (BOURDIEU, 2002: 22). Em geral, é este mediador o responsável por abrir fronteiras no ainda restrito mercado de produtos ecológicos, sendo este papel constantemente apontado pelos agricultores como fundamental para a viabilidade da sua atividade produtiva.

Na medida em que a dificuldade de acesso aos mercados é um dos principais limitantes para o ingresso de novos adeptos à agricultura ecológica, o controle sobre tal acesso constitui um recurso fundamental na estruturação da posição dos mediadores sociais em relação aos agricultores. Dito de uma outra forma, é por apresentarem um significativo reconhecimento e legitimidade junto a agentes e instituições que atuam na delimitação e constituição de mercados de produtos agroecológicos (instituições governamentais, cooperativas de consumidores, feiras etc.), que os mediadores sociais assumem uma posição fundamental no sentido de viabilizar as estratégias de inserção nestes mercados por parte dos agricultores convertidos à agricultura ecológica.

Neste sentido, é possível perceber o quanto é ilusório imaginar que, quando estão diante dos agricultores e optam por permanecerem calados, se estará evitando influir nas decisões a serem adotadas. Estar ali, munidos desse poder simbólico reconhecido (ainda que desconhecido) pelos que compõem o grupo, já se constitui numa intervenção. Da mesma forma, renunciar oralmente à sua condição de ator neste cenário de alianças e disputas não significa produzir o efeito prático de “neutralidade”, reflexivamente desejado. Observa-se, dessa maneira, uma acentuada contradição entre o que proclamam estes mediadores e o que está expresso na fala citada inicialmente. Mesmo que os primeiros acreditem piamente que estão simplesmente potencializando o papel daqueles que consideram os verdadeiros atores, isto não se verifica na fala dos agricultores e nem mesmo na própria prática de tais mediadores observada empiricamente. Os mediadores sociais são agentes tanto quanto os agricultores e, por isso, constroem e são construídos nessa relação.

Portanto, deve-se relativizar esses discursos que declaram uma atuação pautada pela horizontalidade, conforme anunciado por estes extratos que compõe os princípios que teoricamente regem a atuação desta ONG:

o estímulo à integração, à diversidade, ao estabelecimento de redes de relações, no mundo biológico e social, orientadas pela cooperação, pela parceria, pelo intercâmbio horizontal (...)

É nesta perspectiva que propomos que relações subjacentes ao padrão de rede que desejamos formatar quando pensamos em um agroecossistema sustentável deve também permear as relações que se estabelecem entre os distintos atores sociais. **Relações de cooperação, parceria, interdependência, benefícios compartilhados (...)**

A imagem de rede é invocada neste contexto por percebermos que no espaço de atuação [da ONG] visualiza-se, dentre outros, os seguintes elementos:

- Propriedades rurais manejadas de forma a fomentar as integrações ecológicas entre os distintos subsistemas que a compõem;
- Agricultores, consumidores e entidades de assessoria organizados em pequenos grupos que interagem de maneira horizontal;
- Relações de comércio pautadas por valores de transparência, cooperação, interdependência, benefícios compartilhados;
- Interconexão e integração sucessiva entre distintos atores, sem perda da identidade e autonomia que caracteriza cada um deles. (Documento da ONG; mantido os grifos).

Esse discurso, que a todo momento ressalta essa pretensa horizontalidade, autonomia, respeito às identidades, benefícios compartilhados, valorização do conhecimento do agricultor, oculta uma realidade mais complexa. Um olhar atencioso sobre a dinâmica cotidiana leva a perceber que é exatamente na assimetria, nas disputas, nos jogos de interesses, ou seja, na dinâmica das relações de poder, que se dá a construção dessa realidade e não nessa pretensa simetria de forças sociais.

Bastaria observar que o agricultor somente é aceito nessa relação na medida em que absorveu o discurso e a prática legítimos no espaço da agroecologia. O valor de seu conhecimento tem importância, na medida em que se conforma aos conhecimentos gerados e consolidados naquele espaço. A valorização do conhecimento deste agricultor, sua autonomia e a horizontalidade pretendida nesta relação é medida conforme as regras estabelecidas por aqueles “autorizados” a estabelecerem as normas legítimas da agricultura ecológica. Portanto, ainda que se refira a um agricultor em um sentido genérico, os interlocutores legítimos nesse espaço são aqueles incluídos a partir de uma relação de poder que gerou um processo de “di-visão”¹⁰ instituído pelos agentes mais poderosos neste espaço, ou seja, os mediadores sociais. Dessa forma, o agricultor a que se refere é o agricultor ecologista e não qualquer agricultor.

¹⁰ “O ato da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social: *regere fines, regere sacra*, consagrar um novo limite” (BOURDIEU, 1998b: 116).

Depreende-se dessa constatação que o mediador social tem sua razão de existir somente enquanto produz um efeito de imprescindibilidade entre os agricultores. E isto se produz no instante em que convença e se auto-convença – o que ocorre nesse meio de forma predominantemente tácita, mas por vezes explícita – de que o conhecimento do agricultor é inferior ao seu. De outra forma, não produziria a sua “utilidade” e o seu reconhecimento dentro do conjunto das relações que estabelecem, levando-o a extinguir-se “naturalmente”. Ou seja,

(...) na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade por outra (BOURDIEU, 1998b: 129).

Esse discurso dos mediadores sociais, que joga na sombra a relação de poder que vigora entre os variados agentes, nem sempre se expressa de forma velada. É notável que, em determinadas circunstâncias, seu “ataque” chega a ser bastante explícito, especialmente quando são obrigados a enfrentar certos agentes que dispõem de recursos relativamente equivalentes ou, até mesmo, superiores aos seus (dos mediadores) e, dessa maneira, ameaçam suas posições. Um exemplo que corrobora esta afirmação foi verificado a partir da observação participante. Ao acompanhar o trabalho de um mediador, observou-se que este estava preocupado com os possíveis desdobramentos de uma decisiva reunião que ocorreria com representantes de diversas entidades. Como forma de tentar evitar surpresas, esse mediador tratou de realizar uma série de articulações prévias com alguns agricultores ecologistas da base de agricultores que sustenta os trabalhos da ONG. Esta ação consistiu, basicamente, em estabelecer táticas para construir uma efetiva oposição contra determinados agentes, neste caso, agricultores líderes de outras organizações com interesses divergentes. Essa atitude se contrapõe frontalmente às intenções declaradas pelo próprio mediador de não interferir na dinâmica promovida pelos agricultores. Neste caso, tais mediadores não apenas assumem seus papéis de atores no cenário citado, como também buscam falar através de alguns agricultores. Em tal situação, mesmo que os mediadores renunciassessem à emissão de uma opinião formal, estavam seguros de que os agricultores cumpririam tal função e, dado as circunstâncias¹¹, poderiam ser considerados ainda mais legítimos para tanto.

¹¹ O fato destes agricultores nos quais depositavam sua confiança, serem lideranças locais, atuarem em outras organizações e também por serem agricultores, lhes conferiria maior poder para demarcarem as posições acordadas previamente com os mediadores. Além do que, ficou evidente que a ONG não pretendia, naquele momento, assumir um embate direto com as lideranças divergentes, uma vez que esta disputa ainda não estava totalmente deflagrada e ainda se cultivava uma relação “amigável”, em que pese toda divergência entre eles.

É prudente, neste caso, observar que não se trata de colocar estes agricultores como porta-vozes fidedignos daquilo que expressariam os mediadores diretamente. Trata-se mais de expor, frente a tal constatação, uma relação de poder que se apresenta de forma mais explícita entre os mediadores sociais e algumas lideranças com as quais disputam ou que poderão vir a constituírem-se em ameaça às posições estabelecidas. Além disso, expõe uma dimensão desse poder que está expresso, de uma forma mais tácita, na efetivação dessa referida articulação junto aos agricultores “confiáveis”. Ou seja, o mediador busca interferir de forma indireta (através destes agricultores) numa reunião e, por conseqüência, nos rumos do jogo social, valendo-se tacitamente de seu poder sobre aqueles “mediadores voltados para a comunidade” que lideram a base de agricultores ecologistas que dá legitimidade à existência da ONG. O produto dessa trama, seguramente, não será exatamente aquilo que os mediadores desejariam e sim um resultado clivado de contribuição de outros agentes, inclusive dos próprios agricultores nos quais confiaram “sua voz”. O que não significa falar de um resultado consensuado. O resultado expressará o nível de poder dos agentes envolvidos. Isto se apresenta de forma bastante expressiva nesta fala de um mediador:

...[o mediador] está enchendo o saco e pressionando e sugerindo, é isso aí... É essa pressão sobre o agricultor que às vezes cai como uma enchêção de saco. Eu acho que tem uma forma da gente não exagerar muito nessa pressão que é... dentro da propriedade ecológica, dos avanços que as pessoas têm que observar isso, que esses avanços são decididos pelo conselho e o conselho é formado pelos agricultores. Então, mesmo que a gente pressione, é importante, é necessário usar semente crioula e a gente tem esse poder de pressionar, mas quem decide mesmo lá no voto mesmo, são os agricultores, eles que plantam, eles que sabem as vantagens e desvantagens de uma semente crioula e de uma híbrida, dá o contrabalanço... ***Mas daí vocês podem lançar mão, como já lançaram, do poder de decisão de vocês, “eu quero plantar semente híbrida” “então tudo bem, vocês ficam...”*** (risos) Isso é muito complicado porque tem uma coisa... por exemplo, naquela oportunidade em que foi decidido que não usaria mais semente híbrida, qual foi a maior motivação que fez a gente trabalhar essa questão e pressionar? Foi a possibilidade real de contaminação por transgênicos né!, das nossas variedades crioulas. Muito real a possibilidade, hoje estão aí os milhos transgênicos. Agora o processo de trabalhar mais intensamente com o agricultor, com a maior parte deles, não com as lideranças que já tinham uma compreensão, isso é um processo de anos, não é assim numa reunião, ou duas, ou 3, o agricultor e a família dele estar consciente de que não vão mais plantar milho híbrido, isso é um processo de anos. Se a gente fosse respeitar esse processo, talvez a contaminação – é um exemplo – fosse mais rápida do que o processo de conscientização do agricultor. Naquele momento foi um dilema, o que vamos fazer? E realmente nós trabalhamos a conscientização, mas pressionamos sobre as lideranças... pra tomar essa decisão, “nós não vamos mais plantar milho híbrido pra evitar um contaminação por transgênicos, pra não perder nossas variedades crioulas (E02 – MS).

Como deixa patente este comentário, enquanto a relação de poder for acentuadamente desigual, de forma que haja uma certa segurança sobre a manutenção dos vínculos entre os agentes em relação, os dominantes sempre deterão, em último caso, a prerrogativa de sair do plano supostamente

negociado para uma ameaça definitiva: “caso o senhor não queira atender à determinação, iniciará um processo do seu desligamento¹²...”.

Um dado interessante da fala acima é a referência aos agricultores líderes “que já tinham uma compreensão”. Essa menção aponta para o fato de que os agricultores que estão na condição de lideranças já têm incorporado esse discurso normativo produzido no espaço da agroecologia, sendo, dessa forma, importantes nesse processo de “produção das consciências” referido pelo mediador. O poder de enunciação desses mediadores encontra permeabilidade nessas lideranças, as quais, por sua vez, são reconhecidas enquanto tal no conjunto dos agricultores. Estes agricultores exercem uma função de mediação entre a ONG e os agricultores, e, por isso, vêm sendo aqui considerados “mediadores voltados para a comunidade”. Por outro lado, os mediadores sociais são aqueles voltados para dimensões mais amplas, como já apontado, e seriam, nos termos de Wolf (1971), os “mediadores voltados para a nação”. Este comentário feito por uma liderança dentre os agricultores ecologistas é apropriado para demonstrar estes limites:

Como eu te disse no início, eu acho que a [Asociação] ficou muito dependente [da ONG] e está perdendo um pouco da autonomia e não é culpa dos técnicos, na verdade parece que a gente se deixou acomodar. Porque hoje em dia é assim, quando foi pra fazer o projeto do PDA¹³, foi os técnicos da ONG que montaram todo o projeto. Claro que eles tem mais conhecimento que a gente, se fosse pra mim, por exemplo, sentar e elaborar o projeto, não sei se ia sair alguma coisa. Eles também têm mais acesso a informação, têm internet, têm telefone, têm fax, têm como acessar essas informações, então facilita pra eles. Não sei até que ponto é bom e até que ponto é ruim (E15 – AE).

Nesta fala, com um toque de resignação, tal liderança apresenta as impossibilidades de ir além daquele papel circunscrito à sua localidade e à sua associação e, da mesma forma, apresenta as facilidades dos mediadores em acessar as dimensões em um nível macro. Destaca especialmente o capital cultural desses mediadores, o que lhes facilita conhecer os códigos destes espaços e serem reconhecidos como interlocutores legítimos. Além das condições materiais, que se tornam um importante diferencial.

De qualquer forma, observa-se a atribuição de um papel de destaque a estes agricultores que atuam como mediadores voltados para a comunidade, através dos quais a atuação dos mediadores se capilariza entre os agricultores. Por outro lado, estes agricultores recebem a sua moeda simbólica nessa relação, que se constitui em uma maior legitimidade perante os agricultores que lideram,

¹² Essa expressão foi utilizada em uma carta de repreensão e recomendações emitida pela ONG, juntamente com outras organizações, visando impor a determinados agricultores algumas normas de manejo das culturas e da propriedade. O mesmo sentido desta frase fica implícito na fala do mediador citado.

¹³ Projeto Demonstrativo, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal.

uma vez que carregam consigo o reconhecimento e as relações acumulados pela ONG.

Algo característico, que também pode ser depreendido de algumas entrevistas, é uma preocupação dos mediadores aqui analisados em serem exclusivos. Novamente a relação com a Emater oferece elementos para construir tal análise. Na medida em que a Emater atuava exclusivamente com os agricultores convencionais, em função de não deter o conhecimento ou o interesse em relação à agricultura ecológica, que naquele momento não estava na pauta de suas prioridades, a disputa entre a ONG e esta empresa pública se concentrava, sobretudo, ao redor do modelo de agricultura que difundiam. Quando a Emater passa a priorizar sua atuação tomando como principal referência a agricultura ecológica, o foco da disputa foi deslocado e, em determinadas circunstâncias, a necessidade de se manterem demarcados dessa organização só fez acirrar tal disputa. Neste caso, fica expresso a busca por uma certa exclusividade, tanto em relação à base de agricultores que sustenta a ONG quanto em relação ao conteúdo de suas ações. Ou seja, se até então detinham o “monopólio” da agricultura ecológica frente aos agricultores, passam a enfrentar a intervenção (e, assim, a concorrência) de outros agentes que orientam sua atuação para a mesma base de agricultores, carregando a mesma proposta de agricultura¹⁴. Tal disputa pode ser identificada no seguinte trecho já citado:

(...) a agricultura ecológica era uma missão da Emater, então ela tinha que falar em agricultura ecológica, mas acaba que gerava conflitos porque (...) acaba que pra eles trabalhar com agricultura ecológica eles também acabava trabalhando com alguns grupos com os quais a gente trabalha e com um metodologia, de uma forma muito diferente, era meio complicado (E01 – MS).

Essa busca por exclusividade também se expressa de outras formas, tal como observado na estigmatização e no “fritamento” de certas lideranças, mesmo que em alguns casos estas lideranças tenham se originado a partir do próprio trabalho por eles desenvolvido, mas que, em algum momento, se distanciaram e se diferenciaram do que propugnava o grupo que integrava a ONG. Inclusive o caso acima narrado, sobre a articulação promovida por um mediador, enseja uma conclusão nesse sentido. Ficou evidente que no desenrolar de determinados processos, estes agricultores divergentes passaram a ser considerados verdadeiros inimigos que deveriam ser combatidos.

De outra parte, se verificou que esta relação de poder existente entre os mediadores sociais e os agricultores ecologistas não se processa de forma linear nem no tempo e nem no espaço. A análise realizada até este momento poderia induzir a uma conclusão simplista de que o mediador social, inevitavelmente e em qualquer contexto, exerce um poder hierárquico sobre os agricultores, configurando, obrigatoriamente, um relacionamento verticalizado entre tais agentes. Porém, relativizando esta conclusão equivocada, nunca é demais

¹⁴ Em que pese algumas diferenças, essas não chegam a representar um foco de tensão.

reafirmar que esta relação de poder ganha formatos diferenciados conforme o contexto nos quais interagem mediadores e agricultores. Evidência disso foi percebida a partir de algumas declarações realizadas por determinados agricultores nas quais se colocava sob suspeita a “capacidade” de certos mediadores em conduzirem algumas atividades:

mas nosso técnico faz mais de ano que não vem nos visitar, não temos assistência nenhuma deles lá. Não sei o que que houve..., mas eu estou enxergando eles de outra forma hoje... [Eles vêm visitar nas casas, eles não descem lá na roça. Aqui em casa eles vêm, lá uma vez que outra, mas perguntar o que está acontecendo lá na roça, procurar descobrir o que está acontecendo...] Até estou pra mandar uma carta para o Globo Rural pra pegar uma instrução deles lá (E13 – AE, o que está entre colchetes refere-se à fala da esposa).

Temos técnicos ali que eu acho que nunca visitaram uma lavoura até hoje... Eu não posso entender porque aquilo! Eu perguntei para outros aí, será que é eu que estou enxergando demais, o que que é... eles sempre gostam de desviar, então é melhor não dizer (E13 – AE).

(...) o trabalho andava mais, porque ele tinha formação de agrônomo (E15 – AE).

(...) quando ele chega numa assembléia e coloca uma coisa pro pessoal, parece que, eu não sei se é porque ele passa mais segurança no que está falando, o pessoal ouve melhor. E quando o outro chega, por exemplo, você viu na assembléia 3ª feira qual era a “lideraaaaaça” (com certa ironia) que ele tinha? Os demais ali controlavam a reunião e faziam piada ainda, eu estava já... ahi!! (com visível irritação) eu não gosto na assembléia começar a fazer piada (...). Então... e eu não via liderança na pessoa dele, eu não consigo perceber. Infelizmente eu acredito que se... ele deveria ser um pessoa mais de pulso... Não ser uma pessoa que chega na sua propriedade e diz que tem que fazer isso, isso e isso, porque está errado. Mas ele tinha que estar sempre se interagindo do que está acontecendo. Nós aqui, (...) não podemos reclamar muito, eles estão sempre aqui, de vez em quando eles estão vendo se estamos precisando de alguma coisa, mas eles não fazem isso em todas as famílias... (E15 – AE).

No primeiro caso, assume-se uma crítica com o foco direcionado, por um lado, para a competência técnica, e, por outro, à ausência de compromisso dos mediadores com as necessidades por eles diagnosticadas. Essas críticas deixam exposto que, ao estarem amparados pelo contexto e pela segurança de estarem diante de um interlocutor “neuro” (o entrevistador, neste caso), certos agricultores produzem um discurso que coloca os mediadores sociais sob suspeita. Esta postura crítica tem, aparentemente, o poder de inverter o sentido da relação, ao menos, circunstancialmente.

Recuperando os conceitos de região de fundo e de fachada propostos por Goffman (1985), a análise desta citação pode ser enriquecida. O que foi declarado ao pesquisador não se declara aos mediadores e nem mesmo em um espaço coletivo. Tais comentários são reservados para a região de fundo, na qual pode se certificar dos riscos inerentes a tal exposição: “eu perguntei para outros aí, será que é eu que estou enxergando demais, o que que é... eles sempre gostam de desviar, então é melhor não dizer”. Referente a isso, foi interessante notar, a partir da observação participante de uma assembléia da associação de

agricultores ecologistas, que mesmo desafiado neste espaço coletivo a colocar tais críticas, este agricultor preferiu evitá-las. Em certa medida, num espaço restrito é possível ter uma melhor dimensão de como será recebida a sua opinião e, dessa forma, analisar se “é melhor não dizer”. Ou seja, o contexto em que se processa tal narrativa irá determinar a medida de sua exposição. Esse comportamento visa controlar a impressão do interlocutor acerca daquilo que se está revelando, de forma a também construir uma imagem de si próprio.

Não deve ser deduzido dessa discussão que está se tratando de um agente capaz de realizar uma análise completamente racional, extraindo da realidade todos os elementos para, a partir de uma complexa equação, distinguir o melhor caminho a seguir. A dinâmica na qual os agentes estão inseridos não lhes permite realizar tais análises, uma vez que vivem de acordo com uma economia das práticas e, também, pelo fato de ser racionalmente impossível distinguir todos os elementos que interferem em tais decisões. Ainda que os conceitos de região de fachada e região de fundo provenham de uma corrente da sociologia na qual se sustenta que o agente possui um grande domínio sobre suas ações, nomeadamente o “interacionismo simbólico”, estes conceitos adaptados para o caso aqui analisado referem-se, ao contrário, a um constrangimento estrutural que condiciona a sua fala e o seu comportamento ao contexto em que atua. A margem de manobra do agente está circunscrita pelo seu *habitus* e pelo espaço social onde mantém suas relações.

Feita tal ressalva, destaca-se que o discurso desse agricultor ecologista tem o poder de construir uma imagem negativa do mediador e, dessa forma, colocar em questão o próprio reconhecimento e a posição por este adquiridos. Nesse sentido, é sintomática a menção que um agricultor faz sobre a busca por respostas técnicas junto ao “Globo Rural”, insinuando que os técnicos da ONG não se importaram em atender tal necessidade ou, mesmo, deixando em suspenso a capacidade para tal. A estrutura da relação que está subjacente a este comentário feito pelo agricultor e que é percebida em muitos outros casos, seja com relação a questões técnicas e/ou, sobretudo, em relação às questões de mercado, segue a seguinte lógica: “obstáculo – mediação – solução” (KUSCHINIR, 2002, p.157). Esta lógica imprime à relação situações que ora podem ser de tensão, quando não há respostas aos problemas, e ora de “harmonia”, quando as respostas são satisfatórias.

Analisando o comentário do agricultor E13 desde um outro ângulo, ele pode expressar um posicionamento que, em certa medida, busca desconstruir uma relação na qual estes mediadores, possuidores de certos bens materiais e simbólicos, parecem imprescindíveis. Da mesma forma, esse tipo de discurso faz com que a posição do agricultor se valorize frente aos mediadores que estão no alvo de suas críticas, na medida em que assume um papel mais ostensivo.

Já no comentário do agricultor E15, ocorre uma referência distintiva em relação aos mediadores. Neste caso, há um explícito reconhecimento de alguns mediadores, que ganha em dimensão especialmente ao ser contrastado com a inexpressividade do outro mediador. O contrário também pode ser verdadeiro.

Ou seja, a inexpressividade de tal mediador se evidencia diante de outros mediadores, que se apresentam com maior “segurança”. Da mesma forma, o comentário desse entrevistado, ao analisar um determinado momento da Assembléia da Associação, expõe com uma visível irritação o comportamento dos agricultores frente a este mediador em questão. De fato, na ocasião citada se verificou uma espécie de “complô” contra o mediador ali presente. Incumbido de conduzir um tema previsto na pauta desta assembléia, este não logrou concluí-lo em função de que, ao longo de sua exposição, se disseminou entre a maioria dos presentes um comportamento que, em certa medida, obstruía a dinâmica proposta¹⁵, contrastando visivelmente com o ritmo da reunião que, até então, era conduzida exclusivamente pelos agricultores. Conversas paralelas, as referidas piadas, um verdadeiro descaso com o que estava sendo apresentado, tratando-o “como se ele fosse uma ‘não-pessoa’ e não existisse (...) como um indivíduo digno de atenção ritual” (GOFFMAN, 1982: 27).

Isto pode ser tomado como expressão clara de que, naquele espaço, o poder dos agricultores estava potencializado: em primeiro lugar, pelo fato de estarem num ambiente onde eram majoritários; em segundo lugar, em função do não reconhecimento da legitimidade do mediador ali presente. Embora o comentário confira um destaque especial ao capital cultural (“porque ele tinha formação de agrônomo”), fica demonstrado que outros capitais, como o lingüístico (“ele passa mais segurança no que está falando”) e o político (“eu não via liderança na pessoa *dele*”; “ele tinha que estar sempre se interando do que está acontecendo”), têm grande valor nessa relação de poder.

Efeitos semelhantes ao que ficou apontado com tais comentários também se verificam a partir de determinadas “fofocas”¹⁶ que se espalham pela comunidade, em relação à ONG:

Como é a relação de vocês (...) com [a ONG]? É bom, mas tem muitas pessoas que não concorda com as coisas [da ONG] hoje, mas eu gosto (...), eles vêm mais aqui em casa do que no resto do grupo mesmo, eles sabem que o cara é interessado na agricultura ecológica, no trabalho, então.... Eles deviam chegar nas outras casas, nem que eles não queiram muito..., mas eu acho que eles deviam ir. **Qual a reclamação que fazem (...)?** Na verdade o pessoal acha que [a ONG] trabalha fazendo estes projetos

¹⁵ COMERFORD (1999: 54) chama atenção para o fato de que em “uma reunião excessivamente dispersiva mal chega a se ser considerada uma reunião, pois a própria definição de reunião está associado ao pólo da concentração”. Nesta assembléia, todo o percurso da reunião transcorreu normalmente. Foi somente a partir do encaminhamento do ponto de pauta que estava sob a responsabilidade desse mediador (que sintomaticamente foi deixado para o final) que a reunião “descambou” e se encaminhou para o seu término.

¹⁶ Um interessante estudo sobre a fofoca poder ser encontrado em ELIAS (2000). Na pesquisa aqui apresentada não se pretendeu realizar uma “etnografia da fofoca”, portanto, as evidências apresentadas nesse breve comentário estão baseadas nas observações em campo e nas entrevistas e não se tratou de desvendar a sua capilaridade entre a totalidade dos agricultores assistidos pelos mediadores e nem, de forma mais precisa, o seu papel na estruturação das relações existente entre os agentes desse espaço social. São apenas evidências interessantes que demandaria uma pesquisa mais aprofundada.

pra ganhar o salário deles, mas eles têm que fazer isso daí, se não como eles vão viver, eles precisam do dinheiro pra sobreviver (E16 – AE).

Nota-se, a partir desta fala, que há comentários entre os agricultores a respeito dos interesses econômicos dos mediadores sociais vinculados à ONG, especialmente com relação aos projetos que desenvolvem. Este tipo de comentário expõe a ocorrência de uma pequena rede de fofocas entre os agricultores: “o pessoal acha”. De maneira geral, fofocas são “informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras” (ELIAS, 2000: 121). Esta rede se alimenta especialmente de assuntos relacionados às questões econômicas e de competência profissional.

O que se percebe, a partir da citação anterior e do conjunto do trabalho empírico realizado, é que existem grupos ou, mais propriamente, indivíduos, que estão mais fortemente ligados à ONG e aos seus mediadores. “Mas eles têm que fazer isto, senão como eles vão viver, eles precisam do dinheiro pra sobreviver”: o conteúdo dessa fala expressa claramente que este agricultor não discorda fundamentalmente do que está difundido entre eles, mas preocupa-se em se diferenciar desse “pessoal”, tratando de não assumir o conteúdo negativo dessa fofoca e apresentando, logo de imediato, a justificativa para as ações dos mediadores. Isto deixa evidente o seu compromisso moral com a ONG, que se corrobora na medida em que demonstra ser um privilegiado em relação às visitas dos mediadores em sua propriedade. Esse compromisso também se expressa no “conselho” destinado aos mediadores: “eles deviam chegar nas outras casas, nem que eles não queiram muito..., mas eu acho que eles deviam ir”. Portanto, a rede de fofoca parece ter a adesão de agricultores cujo “pacto” com a ONG é relativamente débil e a difusão dessas informações “depreciativas” não evolui junto a este outro grupo de agricultores comprometidos moralmente, se não com a ONG como um todo, ao menos com alguns de seus mediadores. Talvez, por isso, um dos agricultores, cujo depoimento já foi apresentado anteriormente, conclua a sua fala de forma resignada, detectando que, de maneira geral, seus comentários críticos não encontram grandes adesões: “eu perguntei para outros aí, será que é eu que estou enxergando demais, o que que é... eles sempre gostam de desviar, então é melhor não dizer” (E13 - AE).

Conclusão

Os mais variados formatos de relações sociais que ocorrem na sociedade são regidos por diferentes configurações de poder. Desse fato não se pode escapar. O que não significa, de antemão, concluir que isto seja bom ou ruim. É assim que se estrutura a sociedade e é a partir dessas diversas posições, atravessadas pelas mais distintas formas de poder, que se estabelece esta rede de interdependência que, ao mesmo tempo, promove a coesão social e as rupturas possíveis.

Como foi visto, o que promove a ligação fraca ou forte entre os diversos agentes é a dotação, por parte de uns, e o reconhecimento pelo conjunto destes agentes, daqueles bens valorizados e que, por isso mesmo, se tornam trunfos no jogo social. É, conforme esta orientação, que a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais foi analisada.

Com a constituição de um Estado “enfraquecido”, que se retira de determinadas áreas, presenciou-se, nas duas últimas décadas, um expressivo aumento no número e na importância das ONGs. Grande parte destas tiveram a sua origem e se sustentaram a partir da promoção de um discurso ideologicamente próximo ao da esquerda (mas não exclusivamente), e se voltaram para as áreas mais desfavorecidas da sociedade (nomeadamente àquelas vinculadas às questões/problemas sócio-ambientais). Demarcando-se de outras instituições, especialmente aquelas vinculadas ao poder público, estas organizações se apresentam como as portadoras legítimas da prerrogativa de uma ação participativa, horizontal e libertadora. Menos do que questionar estes auto-atributos, elencando variáveis a serem verificadas empiricamente, chega-se a esta parte do trabalho centrado no argumento analítico de que mesmo entre os agricultores e os mediadores, que aparentemente se apresentam conectados simbioticamente, ocorrem disputas tácitas (e, em certos casos, explícitas). Isto se deve ao fato de que os interesses que conduzem estes agentes a se reunirem sob o mesmo manto da agricultura ecológica são variados, distintos e, em alguns casos, divergentes. Diante desses diferentes interesses, ocorre uma ostentação tácita daqueles recursos dos quais cada agente pode lançar mão e colocá-los sobre a mesa simbólica em torno da qual se dão as relações e as negociações.

Assim, as análises produzidas nesse artigo convergem para a conclusão de que a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais está condicionada a um jogo de poder, no qual se sobressaem aqueles possuidores dos capitais valorizados neste mercado social em vista do contexto no qual se processa esta relação. Evidências discutidas neste trabalho apontam, portanto, que os mediadores sociais desempenham um papel de maior poder dentro do espaço social no qual se configura tal relação. Entretanto, este poder é mutável e não está estaticamente e nem homogeneamente atribuído aos mediadores. Outras evidências demonstraram que certas circunstâncias criam um ambiente favorável à valorização daqueles recursos com os quais os agricultores estão dotados, nomeadamente o capital social e político e também o capital fundiário¹⁷. Também se verifica que, individualmente, entre os agricultores e entre os mediadores há notáveis desníveis de poder, criando certas preferências de relações internamente entre agricultores e entre mediadores e na relação entre ambos.

Mas também deve ser concluído que a relação entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais, apesar de estar estruturada assimetricamente, se sustenta devido a um processo de interdependência que

¹⁷ Capital fundiário assume aqui tanto uma dimensão econômica/material, quanto uma dimensão simbólica no sentido de atribuir ao seu detentor um poder simbólico que se nutre do *status* que lhe confere tal bem.

está enriquecido pelo capital social gerado a partir dessa relação. Ou seja, cada pólo dessa relação se nutre daquilo que o outro pode oferecer. Sendo assim, ao fazerem parte de uma rede em construção, também estão em um processo de interdependência com outros agentes. É dizer que estão “presos” nessa teia de relações, cujo sentido se estabelece a partir de uma relação de forças interna e externa cuja construção e reconstrução se dão conforme a configuração resultante da interação dos agentes ali envolvidos.

Esta interdependência é o que dá cimento a esta relação e às demais que compõem esta rede. Dessa forma, os agricultores ecologistas oferecem legitimidade aos mediadores sociais e estes, por sua vez, criam as condições práticas e simbólicas para os agricultores serem reconhecidos como o são. Em outros termos, a ONG somente será reconhecida e terá peso enquanto tal nos espaços por onde circula e estabelece suas alianças e disputas, se carregar consigo o capital simbólico acumulado a partir do reconhecimento do seu papel enquanto representante de um significativo contingente de agricultores. Do mesmo modo, os agricultores serão reconhecidos como ecologistas e ganharão destaque para além de sua localidade na medida em que estiverem aliados à ONG:

[a ONG] já tem um nome que facilita pra nós bastante, pra nós realizar este trabalho que a gente vem realizando. Pra nós eu acho que sem [a ONG] eu até não vejo como que a gente poderia ter oportunidade de se organizar e fazer com que a gente chegue até onde nós já chegamos (E09 – AE).

Por fim, deve-se considerar que as características das relações analisadas nesse trabalho, desde uma perspectiva crítica, não elimina a constatação de que todos estes agentes estão guiados por uma utopia que é a construção de uma nova realidade social. Realidade esta que seja regida por valores de justiça entre os seres humanos e entre estes e o meio ambiente. E é assim, mirando este ideal, que os mediadores sociais e os agricultores ecologistas vivem o real e, enquanto a transformação não chega, seguem transformando o possível.

Bibliografia

- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. *Meditações pascalianas*. Oieras: Celta Editora, 1998a.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/ Lisboa: Editora Bertrand, 1998b.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L.J. D. *Réponses – por une anthropologie réflexive*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- CARDOSO, F.H.; MARTINS, C.E. *Política e Sociedade – volume 1*. São Paulo: Editora Nacional, 1981.
- COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.
- _____. *Conocimiento y poder*. Madrid: La Piqueta, [1994b].

- _____. *Sociologia Fundamental*. Barcelona: Gedisa, 1999.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Estratégias de poder*. Barcelona/ Buenos Aires: Paidós, 1999.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1982].
- KUSCHNIR, K. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (orgs) *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 137-164.
- MERQUIOR, J. G. *Michel Foucault, ou o niilismo de cátedra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- NEVES, D. P. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.
- _____. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (org.) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 147-168.
- OLIVIER DE SARDAN, J. P. *Antropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Marseille: Karthala, 1995.
- RIST, G. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del desarrollo? In: KLIKSBURG, B.; TOMASSINI, L. (comp.) *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: BID, Fundación Felipe Herrera, Universidad de Maryland, Fondo de Cultura Económica, 2000. p.129-150.
- WOLF, E. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In SHANIN, T. (ed.). *Peasants and peasant societies: selected readings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

